# O dilema islamista e a democracia

## Álvaro de Vasconcelos. Director, IEEI

A polémica à volta das caricaturas, os ataques contra as embaixadas e, em Gaza, contra a própria representação da União Europeia, colocaram a Europa em estado de choque, sem saber como reagir. A perplexidade é enorme, pois os actores envolvidos na polémica, no lado sul do Mediterrâneo, são diversos e com agendas bem diferenciadas. A comoção real que algumas caricaturas geraram, na maioria dos cidadãos dos países do Sul, é acompanhada por uma não menor manipulação política por parte de sectores radicais e de alguns governos. De qualquer forma, existe no Sul a percepção de que os países de maioria muçulmana seriam o novo inimigo do Ocidente, uma percepção que vem crescendo, sobretudo desde o 11 de Setembro, e que explica o mal-estar actual.

Percepção semelhante ao temor europeu perante o islamismo político, visto como a nova ameaça, uma consequência da amálgama entre as correntes ditas moderadas do islamismo político e os que cometem actos de terror – o que leva muitos a olhar de forma indiferenciada para todos os que protestam, quer o façam pacificamente quer de forma violenta.

Para a Europa sair do estado de choque, tem de compreender que não existe um islamismo global. O islamismo político, nas suas mais diversas variantes, impôs-se como a principal alternativa aos regimes e ao nacionalismo árabes, no essencial laicos, cuja legitimidade assentou na luta de libertação nacional. Essa legitimidade foi-se esvanecendo com a incapacidade para resolver os problemas económicos e sociais dos seus países, mas sobretudo de garantir as liberdades públicas e o Estado de Direito.

A vitória do Hamas na Palestina é particularmente significativa porque o nacionalismo árabe representado pela Fatah ainda não cumpriu plenamente a sua missão histórica – a independência –, mas anos de má governação, nas condições particularmente difíceis da ocupação e de estrangulamento económico por Israel, é preciso dizê-lo, permitiram, quando as eleições foram possíveis, que os islamistas também triunfassem. Na origem da popularidade dos partidos islamistas, como o Hamas, não estão os actos de terror ou a defesa da Sharia, mas sim o facto de representarem uma corrente alternativa com forte base social.

Sucessivos governos europeus e americanos partilharam um medo atávico em relação à alternativa islamista, pelo que optaram pela defesa do status quo. A repressão, em muitos países, de toda e qualquer forma de oposição, fez com que na protecção das mesquitas se tivesse desenvolvido a única alternativa política. Mas a política de contenção do islamismo político falhou. Não se constrói a democracia, como a Argélia tragicamente o demonstra, lançando na clandestinidade partidos que representam sectores muito significativos da população. A alternativa é, assim, um processo de transição bem conduzido, que permita a integração dos islamistas na vida pública e que favoreça a sua evolução no sentido da aceitação inequívoca das regras democráticas e obviamente do abandono da violência.

Vários exemplos demonstram que existem, em todos os países, partidos islamistas, mais ou menos conservadores, que aceitam o jogo político, como é o caso do Líbano (em que

o Hezbollah faz parte do governo saído de eleições livres), da Jordânia ou de Marrocos. No Egipto, apesar dos limites que foram colocados aos islamistas nas últimas eleições, os Irmãos Muçulmanos ganharam uma forte representação parlamentar. Na Turquia, os islamistas são um actor fundamental da transição democrática e foi o Partido da Justiça e do Desenvolvimento que não só fez um conjunto muito significativo de reformas políticas como iniciou negociações para a adesão à União Europeia. Em todos estes países, os que cometem actos de violência e terror são grupos minoritários.

É bom ter presente que as reforma políticas não foram inventadas em Washington depois do 11 de Setembro e os que as exigem, em muitos países, não estiveram à espera da União Europeia para ganhar força. Estas correntes reformistas já existiam muito antes da «guerra contra o terror» e não dependem dos Estados Unidos ou da União Europeia para actuar – mas é certo que o seu sucesso pode muito bem depender das políticas seguidas pelos Estados Unidos e pela União Europeia.

É necessário correr o risco de que, no fim da transição, esteja no poder um partido islamista; caso contrário, não há alternativa ao autoritarismo. É um dilema que a Europa e os Estados Unidos têm de resolver, definindo políticas inclusivas de apoio às reforma políticas – ou seja, exactamente o contrário da intervenção militar no Iraque. Uma das piores consequências da intervenção no Iraque foi precisamente o reforço da ideia de existência de uma nova bipolaridade, entre o Ocidente e o Islão, que, por seu lado, ajuda à criação de um clima favorável aos movimentos islamistas . Aliás, a confusão entre Islão e terrorismo, como fazem algumas caricaturas, contribui para a tendência de ver a religião islâmica como o novo inimigo – aumentando o racismo e a xenofobia – e, ao mesmo tempo, para o reforço dos que no Sul se erigem em defensores de uma civilização ameaçada pelo Ocidente.

A resposta à actual crise, por parte da União, passa pela continuação da política de apoio às reformas democráticas e não de cedência às pressões violentas como as que o governo sírio permitiu ou fomentou.

É importante ter presente que aceitar a participação na vida pública dos islamistas não-violentos não significa abandonar a luta política e ideológica contra concepções ultra-conservadoras, e por vezes totalitárias, da vida em sociedade. Tal como o combate ao racismo, a promoção da hospitalidade e o respeito pelos sentimentos religiosos dos outros não pode pôr em causa a liberdade de imprensa, não só porque tal é essencial para a nossa vida democrática mas também para apoiar aqueles que, no Sul, lutam pelas mesmas liberdades – alguns dos quais pagaram com a prisão a sua intervenção na presente crise.

Não é cedendo à chantagem política, que em muitos casos nem sequer tem na origem movimentos islamistas mas sim governos que procuram recuperar o terreno perdido ou libertar-se da pressão internacional, que a Europa será capaz de apoiar as transições democráticas. Para que o seu projecto de inclusão euro-mediterrânico seja bem sucedido, a Europa deverá definir uma política que tenha em consideração que os verdadeiros problemas são essencialmente políticos e sociais, com uma forte base nacional e não cair na armadilha do choque de civilizações de Samuel Huntington. Em síntese, para a Europa sair do actual estado de choque precisa de perceber qual é a verdadeira origem e dimensão da crise, quem são e o que querem os seus principias actores e prosseguir a sua política de inclusão democrática e de defesa da diversidade.